

# REPERCUSSÕES DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS NA AMÉRICA LATINA

Antônio Jeová Pereira Lima (\*)

## *Preliminares*

Para fins de avaliação de seus efeitos sobre uma economia, ou conjunto de economias como no caso da América Latina, os empréstimos externos podem ser classificados em dois grupos: *ocasionais*, quando os recursos se destinam ao pagamento de dívida pré-existente ou ao atendimento de um projeto específico; ou *planejados*, quando obtidos com o propósito *deliberado* de fazer desenvolvimento econômico.

No primeiro caso, deve-se verificar qual a sua contribuição para a formação e distribuição da renda, incremento da taxa de investimentos e ritmo de industrialização da economia, estruturação do setor manufatureiro, consequências sobre o balanço de pagamentos etc.

No segundo caso, o principal item de avaliação passa a ser as modificações tecnológicas incorporadas à economia, e a maneira como estas se processam em decorrência da aplicação dos capitais alienígenas. Essa alternativa traz implícito o conceito de desenvolvimento econômico como sendo antes de mais nada um problema de transformação de velhas técnicas de

produção com baixa produtividade, em modernos e avançados métodos, com produtividade elevada.<sup>1</sup>

Assim a análise pressupõe o conhecimento das funções de produção da economia, antes, durante e depois dos resultados obtidos com os recursos externos. Para ser mais preciso, ter-se-ia que conhecer aquelas funções ao nível de cada setor de atividade econômica, para cada país integrante do sistema latino-americano, vale dizer, seria necessário identificar toda a estrutura produtiva e todos os métodos de produção utilizados.

Isto porque quando os recursos externos se trasladam em investimentos, necessariamente uma parte se converte em máquinas e estas representam antes de mais nada incorporação de tecnologias ao processo produtivo.

A complexidade e insuficiência de dados informativos ao nível requerido por esse tipo de trabalho, notadamen-

---

\* O autor é Chefe do Departamento de Crédito Geral do BNB e Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Ceará.

<sup>1</sup> Veja R. M. Goodwin, "The Optimal Growth Path for an Underdeveloped Economy", *The Economic Journal*, Vol. LXXXI, n.º 284, pág. 757, dezembro de 1961.

te nas economias do tipo pouco desenvolvidas como as latino-americanas, induz a que se procure fazer a avaliação considerando apenas algumas das variáveis indicadas na primeira hipótese.

Dado que os empréstimos de curto prazo se destinam em geral à correção de deficits momentâneos dos balanços de pagamentos ou cobertura de gastos correntes, a presente análise cingir-se-á aos créditos de longo prazo recebidos pelos principais setores da economia assim definidos: (a) setor privado não monetário; (b) governo federal; (c) bancos centrais; (d) bancos comerciais; (e) governos locais.

Finalmente, observe-se que a análise será limitada ao período de

1962-1966, tendo em vista que somente a partir de 1962 os empréstimos internacionais, pelo seu volume, passaram a ter relevância na América Latina<sup>2</sup>, e desafortunadamente ainda não existem dados da espécie devidamente compilados, posteriores a 1966.

#### *Alguns Dados Estatísticos*

De 1962 a 1965, o nível dos recursos recebidos pela América Latina, provenientes de empréstimos de longo prazo, se manteve praticamente estacionário em torno de 2.300/2.400 milhões de dólares, por ano, apresentando porém um acréscimo de 20% em 1966.

<sup>2</sup> Veja Jeová Lima, "A América Latina e os Empréstimos Internacionais", *Revista Econômica*, n.º 3, jan/março de 1970.

**TABELA 1**

**EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO RECEBIDOS PELOS PAÍSES  
LATINO-AMERICANOS, DE 1962 A 1966,  
EM MILHÕES DE DÓLARES AMERICANOS**

PAÍSES	1962	1963	1964	1965	1966
Argentina	449	303	241	221	273
Bolívia	28	36	42	25	34
Brasil	456	428	299	586	552
Chile	287	377	374	280	257
Colômbia	267	314	245	141	233
Costa Rica	25	31	43	74	73
República Dominicana	16	24	52	19	42
Equador	21	13	19	24	34
El Salvador	6	13	14	23	35
Guatemala	12	25	34	46	39
Haiti	2	1	3	2	1
Honduras	10	16	11	9	6
México	404	390	701	347	622
Nicarágua	11	19	21	33	42
Panamá	8	14	10	12	18
Paraguai	6	6	7	9	12
Peru	65	90	103	141	219
Pôrto Rico	144	190	202	239	240
Uruguai	13	35	6	12	13
Venezuela	107	53	58	91	113
<b>Total</b>	<b>2.341</b>	<b>2.377</b>	<b>2.485</b>	<b>2.335</b>	<b>2.858</b>

Fonte: International Monetary Fund, *Balance of Payments Yearbook*, 1962-1966, Washington, D.C., 1967-1968, Vol. XIX passim.

Conforme se verifica na Tabela 1, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Porto Rico receberam mais de 3/4 dos recursos aportados à Região, embora haja uma tendência para maior participação dos demais países, pois dos 85% que representavam no total de 1962, essa taxa se reduz gradativamente até atingir 76% em 1966. Significa que os demais países estão progressivamente se conscientizando das possibilidades financeiras das fontes internacionais, e se capacitando para receber seus recursos de longo prazo.

Observe-se que a maior concentração de recursos se deu na América do

Sul, pois excluído o México que está localizado na América do Norte, e Porto Rico pelas suas vinculações políticas e econômicas com os Estados Unidos, os 4 países restantes estão no continente sul-americano. De fato, Argentina, Brasil, Chile e Colômbia receberam 53% dos recursos entrados na Região de 1962 a 1966.

Paralelamente ao recebimento de tais recursos, os balanços de pagamentos da Região foram onerados com os fluxos de saída, representados pelo pagamento de juros e amortizações de empréstimos existentes, conforme mostra a tabela 2.

**TABELA 2**  
**JUROS E AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE**  
**LONGO PRAZO PAGOS PELA AMÉRICA LATINA,**  
**DE 1962 A 1966, EM MILHÕES DE DÓLARES**

Ano	Amortização	Juros	Total dos Pagamentos	
			Valor	N.º Índice
1962	1.347	389	1.736	100
1963	1.454	392	1.846	106
1964	1.558	483	2.041	117
1965	1.570	588	2.158	124
1966	1.693	666	2.359	135

Fonte: International Monetary Fund, Balance of Payments Yearbook, 1962-1966, Washington, D.C., 1967-1968, Vol. XIX passim.

Num confronto das Tabelas 1 e 2 observa-se que as entradas de recursos cresceram em 22%, enquanto as saídas tiveram um aumento mais do que proporcional, elevando-se em 35%, em relação a 1962. Esse acréscimo de encargos resultou naturalmente dos serviços de débitos decorrentes dos novos empréstimos, adicionados aos já então existentes. Com efeito, no período em análise os juros pagos sofre-

ram um aumento de 71%, passando de US\$ 389 milhões em 1962 para US\$ 666 milhões em 1966, o que corresponde a 3,5 vezes o percentual de acréscimo nas entradas e 2 vezes a taxa de aumento nos pagamentos totais.

Outros dados que interessam de perto à análise são a medida e as respectivas variações do Produto Bruto Interno e da Inversão Bruta Interna

Fixa<sup>3</sup>, bem como das Exportações e População. Os valores da Tabela 3 estão a preços constantes de 1962, de

modo que os incrementos observados mostram o crescimento real daquelas variáveis.

**TABELA 3**  
**AMÉRICA LATINA: EXPORTAÇÕES, INVERSÕES E**  
**PRODUTO EM MILHÕES DE DÓLARES E POPULAÇÃO,**  
**DE 1962 A 1966**

Ano	População a (Milhões)	Produto b	Inversões c	Exportações d
1962	208	80.372	13.031	9.150
1963	214	81.255	12.821	9.720
1964	220	86.614	13.611	10.570
1965	227	91.392	13.733	11.060
1966	233	95.431	15.231	11.630

Fontes: a e d: United Nations, Monthly Bulletin of Statistics, Vol. XXII, n.ºs 7 e 12 de 1968, pags. 1-4, e 102; b: op. cit., n.º 12, pags. 190-195, e ECLA, Economic Bulletin for Latin America, Vol. XII, n.º 2, 1967, pgs. 126/7; c: U.N., Monthly Bulletin. Vol. 22, n.º 12, pgs. 192-194, e Yearbook of National Accounts Statistics 1967, pgs. 318-319.

#### *Efeitos sobre o Investimento e a Renda*

A finalidade básica dos empréstimos externos à América Latina foi a formação de capital nos setores público e privado. Com efeito, cerca de

80% de tais empréstimos se destinaram a investimentos na indústria e agricultura, estradas e transportes, energia elétrica, habitação, água e esgotos, educação e saúde etc.<sup>4</sup>

Pela Tabela 4 verifica-se que êsses recursos contribuíram com 14-15%

**TABELA 4**  
**RELAÇÕES ENTRE EMPRÉSTIMOS, INVESTIMENTOS E RENDA**

Ano	(a) Parcela de Investimento, devida aos Empréstimos	(b) IBI fixa	(c) Participação Percentual de (a) em (b)	(d) Porcentagem da IBI fixa no produto
1962	1.873	13.031	14,4	16,2
1963	1.902	12.821	14,8	15,5
1964	1.988	13.611	14,6	15,7
1965	1.868	13.733	13,6	15,0
1966	2.286	15.231	15,0	15,9

Fonte: Tabelas 1 e 3 retro.

<sup>3</sup> A falta de uma avaliação global a preços constantes em moeda homogênea, tanto para as inversões como para o produto, partiu-se desses conceitos a preços correntes e em moeda de origem, fez-se a necessária conversão utilizando-se as taxas de

câmbio vigentes em 1966, e se efetuou o seu deflacionamento pelos Índices de preços por atacado de cada país.

<sup>4</sup> Para maiores detalhes veja Revista Econômica, artigo citado, p.p. 18 e 19.

para a formação de capital da economia latino-americana (ignorado o tempo necessário para converter recursos financeiros em ativos fixos e para êsses atingirem plena produção). A relativa constância dessa percentagem mostra que os empréstimos de longo prazo têm crescido nas mesmas proporções dos investimentos da economia.

Por outro lado, a taxa de formação de capital da economia (relação inversão bruta fixa/produto bruto interno) tem-se mantido ao nível 15-16%, portanto, ligeiramente acima da participação dos financiamentos externos na formação de capital. Note-se que aquela taxa é um pouco inferior à observada na Inglaterra (15-18%, de 1953 a 1967) e menos da metade da verificada no Japão (31-33%) no mesmo período.<sup>5</sup>

Ao que se observa, no financiamento total dos investimentos latino-americanos, os empréstimos externos vêm contribuindo com recursos em mon-

tante absoluto cada vez maior, porém com uma parcela relativamente constante (colunas *b* e *c* da tabela 3), quando comparada com a formação bruta de capital.

A relativa coincidência entre as percentagens das colunas *c* e *d* da tabela 3 mostra que o poder de mobilização de recursos externos da Região vem apenas conseguindo acompanhar o ritmo de crescimento da economia em termos de investimentos.

De outra parte, a taxa de 15-16% para a formação de capital indica que a poupança interna da Região, adicionada dos recursos alienígenas, não vem propiciando maior índice de capitalização da economia, sugerindo dêsse modo a presença de um sistema econômico estagnado.

Em termos de contribuição para a formação da renda interna, os empréstimos externos apresentam uma participação relativamente pequena, conforme se infere da tabela 5.

**TABELA 5**  
**PIB GERADO PELOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS**

Ano	Valor (em milhões de dólares)	Percentagem do PIB
1962	937	1,17
1963	951	1,17
1964	994	1,15
1965	934	1,02
1966	1.143	1,20

Fonte: Tabela 4.

Admitindo-se uma produtividade do capital da ordem de 0,5,<sup>6</sup> isto é, uma relação produto/capital de 0,5:1, constata-se que a parcela de renda gerada pelos empréstimos externos se situou entre 930 e 990 milhões de dó-

lares, de 1962 a 1965, elevando-se para um pouco mais de 1.100 milhões em 1966.

<sup>5</sup> Vejan Hakan Hedberg, *O Desafio Japonês* (Lia, Editor S. A., Rio, GB, 1970), pág. 28.

<sup>6</sup> Taxa estimada pelo Prof. Mário Henrique Simonsen ("O Mercado Brasileiro de Ca-

**TABELA 6**  
**RELAÇÕES ENTRE A PARCELA DE RENDA GERADA**  
**PELOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS E O PRODUTO**

Ano	Incremento Anual do PIB (percentual)	Participação W da Parcela de Renda Gerada pelos Emp. Ext. nos Incrementos do PIB
1962	—	—
1963	1,09	107
1964	5,36	21
1965	5,51	18
1966	4,42	27

Fonte: Tabelas 3 e 4.

Apesar de aparentemente pequena, aquela percentagem aumenta de significado ao ser comparada com a taxa de crescimento do produto.

Relacionando-se a parcela de renda interna gerada pela aplicação dos empréstimos externos com a taxa anual de crescimento do PIB (última coluna da Tabela 6), verifica-se que todo o aumento de renda havido em 1963 pode ser imputado aos empréstimos em causa, visto que a parcela de renda a eles atribuída corresponde a 107% do aumento de produto. Em realidade teria havido um decréscimo deste, não fossem os recursos internacionais. Note-se que o fato em causa se registrou exatamente no período em que as inversões da economia como um todo se reduziram de 210 milhões de dólares (de \$ 13.031 milhões em 1962 para \$ 12.821 milhões em 1963), enquanto as entradas de recursos decorrentes de empréstimos externos se elevaram de \$2.341 milhões para \$ 2.377 milhões.

Contestar a conclusão supra parece fácil se se levar em conta o prazo de maturação dos investimentos novos para gerar renda. Mesmo sem se conhecer cada um dos projetos financiados, pode-se dizer com segurança que não é imputável às novas inversões realizada em 1963 todo o incremento do produto no mesmo período. Todavia, excluindo-se o ano em causa, verifica-se nos demais anos uma participação em torno de 20%, indicando que 1/5 do aumento do produto se deveu aos empréstimos externos.

Todavia, uma análise mais realista exige se leve em conta a população e sua taxa de crescimento. Isso pode ser feito através da renda per capita e suas variações, conforme dados reproduzidos na Tabela 7.

---

pitais", pág. 15, iRo de Janeiro: EPEA, 1965) para o Brasil, sob a advertência de que não havia dados disponíveis para provar diretamente a sua efetividade.

**TABELA 7**  
**AMÉRICA LATINA: RENDA PER CAPITA EM DÓLARES**

Ano	(a) Renda Per Capita Total	(b) Renda Per Capita Sem Empréstimos	(c) = (a) - (b) Contr. Per Capita dos Empréstimos
1962	386,6	381,9	4,70
1963	379,8	375,3	4,50
1964	393,3	389,2	4,10
1965	403,2	398,5	4,70
1966	409,1	404,8	4,30

Fonte: Tabelas 3 e 5.

A renda per capita teve um incremento médio anual de \$4,46 dólares americanos em consequência dos empréstimos externos, correspondente a apenas 1,1% da renda per capita média total. E como esta cresceu em média 1,7%, deduz-se que mais de 60% do aumento da renda por pessoa no período se deve àqueles empréstimos.

Todavia, a irrelevância da taxa de crescimento da renda, quando ponderada pela população, faz com que a contribuição de tais empréstimos corresponda a quase 2/3 dos acréscimos havidos. Esse diminuto crescimento confirma, em termos mais realistas a conclusão prévia de que a economia latino-americana passou (ou ainda passa) por uma fase praticamente de estagnação.

Observe-se que a taxa média de incremento populacional foi da ordem de 2,9%, indicando que mesmo para manter aquele pequeno índice de aumento da renda per capita de 1,7%, o produto precisa crescer à taxa mínima de 4,6%. Alternativa ou conjugadamente uma política de planificação da família poderia, a longo prazo, reduzir a taxa de natalidade, con-

tribuindo para incrementar o ritmo de elevação da renda per capita.

Caberia indagar o que teria acontecido se os países latino-americanos não se tivessem valido dos fundos internacionais através de empréstimos de longo prazo. A primeira e óbvia conclusão é que não teria havido maior pressão no balanço de pagamentos, como se verá mais adiante. A Região, porém, não teria podido incrementar a sua formação de capital na forma demonstrada e consequentemente elevar o nível de vida das populações, através do aumento do produto.

Em outras palavras, a inversão bruta interna fixa não se teria expandido à taxa média de 2,3% ao ano, o PIB, menor do que o efetivamente obtido, levaria a uma redução de renda da ordem de \$4,46 dólares americanos em média por pessoa. Em síntese, o vagaroso processo de desenvolvimento da América Latina teria sido ainda mais lento, sem a contribuição dos empréstimos externos.

#### *Efeitos Sobre o Setor Externo*

Considere-se os serviços dos débitos externos constantes da Tabela 2. O

confronto de tais dados com os recebimentos de recursos por conta de

empréstimos do mesmo período é feito na Tabela 8.

**TABELA 8**  
**RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS**  
(Em milhões de dólares)

Ano	Total dos Pagamentos	Total dos Recebimentos	Percentagem dos Pagamentos sobre os Recebimentos
1962	1.736	2.341	74
1963	1.846	2.377	78
1964	2.041	2.485	82
1965	2.158	2.335	92
1966	2.359	2.858	82

Fonte Tabelas 1 e 2 retro.

A última coluna mostra que a relação pagamentos/recebimentos cresceu de 74% em 1962 para 82% em 1966, atingindo sua mais alta posição em 1965, quando alcançou 92%. Em outras palavras, cerca de 4/5 dos empréstimos recebidos foram utilizados para pagar débitos externos. Assim, pelo menos teoricamente, 3 em 4 dólares recebidos do exterior foram ime-

diatamente devolvidos sob a forma de pagamento de encargos existentes, e somente 1 em 4 dólares representou entrada efetiva de divisas para a economia.

Os dados em análise podem ser mais bem interpretados quando vistos sob a forma de números índices, conforme se observa na Tabela 9.

**TABELA 9**  
**RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EXTERNOS EM NÚMEROS ÍNDICES**  
(Ano-base 1962 = 100)

Ano	Juros Pagos	Amortizações	Total de Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos/Recebimentos
1962	100	100	100	100	100
1963	101	108	106	102	105
1964	124	116	117	106	111
1965	151	117	124	100	124
1966	171	126	136	122	111

Fonte: Tabelas 2 e 8 retro.



Segundo se verifica, os recebimentos cresceram mais lentamente do que os pagamentos, pois aqueles se elevaram de 22% com relação a 1962, enquanto estes aumentaram em 36% no mesmo período. Em consequência, a pressão financeira no balanço de pagamentos apresentou um acréscimo de 11% segundo se nota pela última coluna da Tabela 9.

Essas observações indicam que os empréstimos externos, se de um lado contribuíram para melhorar o nível de vida dos países da América Latina, o fizeram com sacrifício do balanço de pagamentos cuja situação de equilíbrio foi agravada através de considerável aumento dos encargos financeiros externos.

Entretanto, a capacidade de endividamento externo de uma economia pode ser mais bem avaliada quando se leva em conta as exportações. Com efeito, na medida em que os recursos

provenientes dos empréstimos são aplicados em projetos que geram divisas por via direta ou indireta, tais divisas podem compensar e até superar os encargos financeiros decorrentes do empréstimo, constituindo-se assim num instrumento de equilíbrio do balanço de pagamentos.

Para se considerar tais resultados dever-se-ia conhecer o valor das divisas geradas em cada projeto, as importações que deixaram de ser feitas e/ou as novas importações de insumos para os empreendimentos financiados, enfim todos os reflexos nas balanças comercial e financeira da economia.<sup>7</sup>

A indisponibilidade de tais dados leva a que a análise seja feita através da relação "serviços de débitos/exportações,"<sup>8</sup> embora algumas das variáveis acima enumeradas sejam omitidas. De qualquer modo, desde

**TABELA 10**  
**RELAÇÃO SERVIÇOS DE DÉBITOS/EMPRÉSTIMOS**  
(Valores em milhões de dólares)

Ano	(a) Serviços e Débitos	(b) Exportações	(c) = (a)/(b)
1962	1.736	9.150	19%
1963	1.846	9.720	19%
1964	2.041	10.570	19%
1965	2.158	11.060	20%
1966	2.359	11.620	20%

Fonte: Tabelas 2 e 3.

<sup>7</sup> Para tanto, Kindleberger sugere o uso da fórmula:

$$\text{estágio I: } \frac{M_0 + dM_{\text{cap}0}}{X_0 + E_0}$$

$$\text{estágio II: } \frac{M_0 + iE_0 - dM_{\text{cap}1}}{X_0 + dX_{E0} + E_1} \quad \text{etc.}$$

onde X = exportações, M = Importações, E = Empréstimos, i = taxa de juros, d = acréscimos; cap = bens de capital; índices 0, 1, 2 ... = período. Ver-

ja *Internacional Economics*, Homewood, 111., 1969, pág. 384.

<sup>8</sup> Esta relação tem sido criticada, porém Avramovic destaca que "those who have noted the imperfections of such a ratio have failed to suggest an alternative". Dragoslav Avramovic, *Economic Growth and External Debt* (Baltimore, Md.: John Hopkins Press, 1964), pág. 38.

que as exportações figuram no denominador dessa relação, se os recursos provenientes dos empréstimos são aplicados em projetos que geram direta ou indiretamente divisas, aqueles efeitos ficam ponderados. Dessa forma dito índice se constitui medida mais realista do que a anteriormente utilizada (pagamentos/recebimentos)

Pela Tabela 10 se vê que a citada relação se tem mantido mais ou menos estável na América Latina, com tendência para crescer nos dois últimos anos. Esse período pode coincidir com a amortização dos empréstimos contraídos nos primeiros anos, considerado o período de carência normalmente conferido a cada financiamento.

Isto pode significar que a situação de dificuldade mostrada através da relação pagamentos/recebimentos foi compensada pelo aumento de divisas, o qual poderia ser atribuído aos efeitos diretos e/ou indiretos dos empréstimos.

Todavia, a expressão qualitativa dessa relação depende de seu nível. Kindleberger destaca que ela era inferior a 5% em relação aos débitos governamentais dos países subdesenvolvidos, após a Segunda Guerra Mundial até 1955. Daí em diante elevou-se sucessivamente para atingir mais de 10% em 1965, quando então vários países dessa categoria deixaram de honrar seus compromissos externos.

No caso latino-americano se constata que de 1962 para 1966 a relação em causa atingiu o elevado nível de 19-20%, isto é, 4 vezes o observado para os países subdesenvolvidos antes de 1955 e duas vezes o de 1965. Se

nessa segunda fase vários países não puderam solver suas dívidas, é de se supor que as nações da América do Sul estiveram enfrentando sérios problemas com seus compromissos externos. Entretanto convém levar em conta outros aspectos antes de formular uma conclusão.

Por exemplo, em 1966 a Índia apresentava uma relação da ordem de 26%<sup>9</sup> além de outros compromissos que faltavam ser avaliados. Além disso, embora ainda não se dispusesse de dados definitivos para 1967, mas de acordo com levantamentos preliminares do Fundo Monetário Internacional, o Governo Central da Índia recebeu de fontes externas 46% mais do que em 1966 (957 milhões de dólares em 1966, para 1.399 milhões em 1967). Enquanto isso, as exportações aumentam apenas em 7% no mesmo período (de 1.531 milhões para 1.640 milhões de dólares).<sup>10</sup>

Desde que os financiadores internacionais estão plenamente informados dessa situação e continuam emprestando à Índia, pode-se afirmar que o quadro institucional vem passando por transformações, sendo permissível concluir que a posição da América Latina não era das mais graves, a não ser que os países da Região deixem de honrar seus compromissos externos.

É importante lembrar que a capacidade de um país pagar seus débitos externos está intimamente ligada ao valor de seus exportações. As-

<sup>9</sup> Ian, Shannon, *International Liquidity* — (Chicago: Henry Regnery Company, 1966) pág. 101.

<sup>10</sup> IMF, 19th Annual Report, Washington, D. C. 1968.

sim, um incremento dessas últimas será fundamental para elevar aquela capacidade.

Pelo Gráfico I se constata que as exportações cresceram 27%, de 1962 a 1966, porém os serviços de débitos que vinham variando praticamente na mesma proporção, aumentaram mais rapidamente nos dois últimos anos. Isso pode ser visto pela curva da relação débito de serviços/exportações. Caso aqueles dois conceitos se estivessem desenvolvendo na mesma proporção, a curva da relação seria uma semi-reta horizontal e não a linha quebrada ascendente que se apresenta.

Na hipótese de persistir essa tendência, estará confirmada a suposição de que a Região irá enfrentar sérios problemas de equilíbrio em seu balanço de pagamentos nos próximos anos. Nada obstante, é permissível supor que essa tendência não irá pre-

valecer desde que a perspectiva a longo prazo é de ampliação das correntes de comércio internacional como um todo, e em particular para a América Latina, onde tem havido expansão das exportações nos últimos anos, notadamente no Brasil, que em 1969 vendeu ao exterior \$2.200 milhões de dólares, portanto 80% mais do que em 1962.

Convém lembrar que esta é uma análise global, pelo que as conclusões de perspectivas, válidas para a Região não têm necessariamente a mesma validade para todos os países latino-americanos. Como se sabe, as disparidades em nível de vida, industrialização e progresso tecnológico entre as nações dessa Região são imensas, de modo que uma melhoria geral poderá ocorrer simultaneamente com um agravamento da situação de países específicos.

## SUMMARY

The paper analyses long-term loans received by the main sectors of the Latin-American economy, such as: (a) non-monetary private sector, (b) federal governments, (c) central banks, (d) private banks, and (e) local governments, in the period 1962/1966.

Based upon data of the IMF, the author observes that, in the period, the level of long-term loans has remained practically unchanged, (around 2,300/2,400 million dollars.) In 1966 it was observed an increase of 20%.

Of the total amount, some 3/4 were allotted to the following countries: Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Mexico, and Puerto Rico. Lately however, it has been observed a tendency for a better participation of other countries, in such a way that while the six mentioned countries received 85% of the amount of credits in 1962, that rate was reduced to 76% in 1966.

External loans to Latin America were designed for the increase of capital for the private and public sectors. The author informs that those resources have contributed with around 16% for the formation of the capital of Latin-American economy, although its contribution for the increase of internal income has been very reduced. It also points out that whereas on the one hand these loans have contributed to improve the living level in Latin-American countries, on the other hand that contribution sacrificed their balances of payments, heavily charged by the considerable increase of financial burdens.

# AMÉRICA LATINA

## RELAÇÃO DOS "SERVIÇOS DE DÉBITOS / EXPORTAÇÕES"

números índices

GRÁFICO I

